Widjaja o dragão de Komodo

Operação Nova Scotia, Canadá

Bernardino Coelho da Silva

Widjaja
O dragão de Komodo

Operação Nova Scotia, Canadá

Clube de Autores
Copyright © Bernardino Coelho da Sil

Todos os direitos desta edição ao aut
Rua Caviúna, nº 9 – bairro José de Anchieta
CEP 29162-272 – Serra – Espírito Santo
E-mail: bsilva.escritor@gmail.com

1ª edição – 2021

Capa
Rafael Gabriel da Cruz
capistarafael@gmail.com

Créditos:

Foto da capa: G. Farrell

Foto da contracapa: Joan Baxter

Ficha Catalográfica

Silva, Bernardino Coelho da
Widjaja o dragão de Komodo: Operação Nova Scotia, Canadá
Serra/ES: Clube de Autores, 2021.
306 p.
ISBN 978-65-00-28808-7
1. Corrupção 2. Celulose 3. Poluição 4. Meio Ambiente

Se você é neutro em situações de injustiça, você escolheu o lado do opressor

Desmond Tutu (1931-) é um arcebispo sul-africano da Igreja Anglicana consagrado com o Prêmio Nobel da Paz em 1984.

Sumário

Introdução 9

A cronologia de um crime ambiental 19

A Northern Pulp é fechada 89

A remediação do Porto de Barcos 157

Insolvência ou farsa? 171

A conturbada venda da Eldorado 185

Muita briga antes da decisão final 215

Fracasso na compra da Fibria 241

Um calote de 14 bilhões de dólares 251

Os crimes ambientais dos Widjaja 267

Considerações Finais 299

Introdução

Na vida, você nunca deve cometer o mesmo erro duas vezes. Existem muitas opções para escolher.

Bertrand Arthur William Russell (1872-1970) foi um matemático e filósofo britânico

A paternidade é a base de quem você é!

O mais novo braço de produção de celulose e papel da família sino-indonésia ”Widjaja”, a Paper Excellence (PE), é cercado de muito mistério, assim como seu principal diretor, Jackson Widjaja, que se mantém fora dos holofotes e, por estratégia de negócios, não admite existir relacionamento da Paper Excellence com a principal produtora de celulose e de papel do Sinar Mas Group (SMG). A Asia Pulp & Paper (APP) é, de fato, uma das maiores do mundo em produção de celulose de fibra longa, papelão e embalagens, sendo também o maior e quase exclusiva cliente das produtoras de celulose da Paper Excellence.

De acordo com a *Environmental Paper Network (EPN)* “na verdade, a Asia Pulp & Paper, como empresa, não existe”. Este é apenas um nome fantasia que abarca uma nebulosa de

empresas. Segundo a EPN, [1] algumas associações da APP com essas empresas são mantidas ocultas, possivelmente por razões comerciais ou fiscais, mas, em grande parte, para negar ligações com o desmatamento ilegal feito na Indonésia ou para continuar usando a certificação FSC após ter sido banida por aquela norma em 2007. Esta estrutura pouco transparente também foi usada para evitar o pagamento de sua dívida de 13,9 bilhões de dólares quando o grupo indonésio entrou em *default* em 2001.

Em 30 de maio de 2018, a Auriga, uma organização ambientalista, relatou que a PT Bumi Mekar Hijau e a PT Sebangun Bumi Andalas Wood Industries, que a APP alegou serem "de propriedade e operação independentes", na verdade têm laços estreitos com o Sinar Mas Group, holding da APP em seus documentos de registro corporativo. O caso foi investigado pelo portal florestal Mongabay, trazendo mais evidências.

Conforme registra a EPN em sua página na internet, a APP é responsável direta por mais de dois milhões de hectares de desmatamento na Indonésia, incluindo habitat de tigres, elefantes e orangotangos. Os fornecedores do grupo Sinar Mas, que é a holding da família Widjaja e da qual participa a APP, causaram a perda de 1,4 milhão de acres de habitat de tigres entre 1995 e 2009 em apenas uma área de estudo. A expansão da APP e a grilagem de terras em comunidades locais criaram centenas de conflitos sociais, alguns deles com violência brutal . Por causa do desmatamento e drenagem de turfeiras, a emissão de gases de

[1] A Environmental Paper Network (EPN) é uma rede mundial de mais de 140 organizações da sociedade civil que trabalham juntas para a Global Paper Vision, que expressa o objetivo comum de criar mudanças transformacionais na indústria de celulose e papel e na sociedade em geral, de modo que a produção e o uso do papel contribuam para um futuro limpo, saudável, justo e sustentável para a vida na Terra.

efeito estufa da APP foi estimada em quantidade equivalente ao de 165 países ao redor do mundo (86 milhões de toneladas).

Conforme relato da BankTrack,[2] o nome APP tem sido associado há muito tempo ao desmatamento maciço , abuso dos direitos humanos, assédio às comunidades locais e emissões maciças de gases de efeito estufa. A APP é considerada uma das principais empresas responsáveis pela constante crise ambiental de fumaça na Indonésia por conta das queimadas ilegais. Em 2013, a APP anunciou uma nova política, prometendo que não cortaria mais florestas naturais na Indonésia e se envolveria mais com as comunidades locais. No entanto, a empresa deixou de cumprir esses compromissos e até intensificou o uso de invasão ilegal e táticas de intimidação contra as aldeias.

O que a BankTrack reivindica dos bancos privados:

> Os bancos e outras instituições financeiras não devem fornecer nenhum novo financiamento para a APP, suas marcas e/ou empresas afiliadas, e devem promover o desinvestimento na empresa, até que seja provado e verificado que ela fez alterações significativas em suas operações comerciais. Compradores e investidores devem evitar marcas e papéis vinculados à APP, Sinar Mas, Paper Excellence e suas empresas irmãs controladas pela família Widjaja. (BanlTrack. Marília M. Silva. 4 set. 2020).

"A APP é um lobo em pele de cordeiro", disse ao site Mongabay, Sergio Baffoni, coordenador de uma campanha da EPN para proteger as florestas tropicais da Indonésia.

[2] A BankTrack é a organização internacional de acompanhamento, campanha e apoio às Organizações da Sociedade Civil que monitoram os bancos comerciais do setor privado e as atividades que eles financiam. A missão da BankTrack é impedir os bancos de financiar atividades comerciais prejudiciais; promover um setor bancário que respeite os direitos humanos e contribua para sociedades justas e um planeta saudável; e apoiar outras organizações da sociedade civil em seu envolvimento com os bancos.

> Durante anos eles fingiram ser um campeão verde, mas seu compromisso com a conservação da floresta e a responsabilidade social continua sendo palavras vazias. Conflitos, intimidação e violência continuam assolando as comunidades que vivem nas áreas exploradas pela APP e seus fornecedores.

A família Widjaja almejava, há muito, entrar no mercado brasileiro de produção de celulose de fibras curtas, a partir de florestas renováveis de eucalipto, que é a base da produção de celulose no país, colocando o Brasil em primeiro lugar no mundo neste tipo de produção.

O Brasil também produz celulose de fibras longas, através do plantio de pinus, mas a diferença de tempo entre o plantio e a colheita é muito grande. Enquanto o eucalipto pode ser cortado entre seis e sete anos depois do plantio, o pinus demora de 15 a 20 anos. Além disso, o Brasil tem a maior taxa de rendimento de florestas de eucalipto do mundo, o que impacta positivamente no custo de produção, com o país tendo o menor custo para isto e sendo a celulose do Brasil reconhecida mundialmente pela sua qualidade e sustentabilidade, já que 98% da madeira utilizada vem de florestas plantadas e 2% de subprodutos agrícolas.

A ida da Paper Excellence para o Brasil foi viabilizada com a decisão da J&F Investimentos S.A, proprietária da Eldorado Brasil Celulose, de se desfazer deste e de outros negócios periféricos ao seu *core business*, que é a produção de proteína, sendo a segunda maior produtora mundial de proteína animal.

Para o plantio de florestas de eucalipto, a Eldorado Brasil Celulose arrenda terras de terceiros, onde também promove ações de desenvolvimento econômico e social. A empresa mantém apenas 4% de florestas comerciais próprias, sendo 96% arrendadas. Isto foi um fator importante também para a entrada da Paper Excellence na disputa pela compra da Eldorado, já que a

legislação brasileira mantém entraves para a venda de terras para estrangeiros. Atualmente, a Eldorado colhe em torno de 16 mil m^3 de eucalipto por dia, volume que abastece a fábrica em um ritmo de um caminhão de madeira a cada cinco minutos.

A Eldorado Brasil Celulose tem a sua operação florestal certificada junto ao Forest Stewardship Council® (Conselho de Manejo Florestal – FSC®). O processo de certificação FSC® compreende as esferas ambiental, social e econômica da atividade florestal, e garante que o manejo florestal seja conduzido segundo os dez princípios para que o plantio ocorra de forma responsável. Todo o processo é auditado anualmente e recebe certificação da organização internacional independente, pela Forest Stewardship Council (FSC), criada em 1993 e sediada na Alemanha. No caso da certificação é bom ficar claro que o FSC já se desassociou da APP e SMG, o que significa que nenhuma empresa ligada à APP/SMG pode ser certificada pelo FSC, risco que a Eldorado Brasil Celulose corre ao ter seu controle acionário integralmente nas mãos da Paper Excellence.

Além da Certificação FSC, a Eldorado Brasil Celulose mantém outras certificações de sistemas de gestão que não são práticas usuais da Paper Excellence:

- OSHAS 18.001:2007 (BRTÜV)
- ISO 14.001:2015 (BRTÜV)
- ISO 9001:2015 (BRTÜV)

A venda da Eldorado Brasil Celulose para a Paper Excellence parecia que iria ser uma negociação fácil e favorável para ambas as partes, mas a coisa não foi bem e um negócio que deveria ser concluído no prazo de um ano, somente teria desfecho três anos depois e mediante muita disputa. Nos capítulos 5 e 6 você verá, em detalhes, toda a confusão que se

formou em torno deste negócio, que chegou a envolver a Polícia Civil de São Paulo em investigações de ameaças de morte, hackeamento de computadores - crimes patrocinados, segundo denúncia da J&F Investimentos, pela Paper Excellence.

Antes da investida na compra da Eldorado Brasil Celulose, a Paper Excellence fez um movimento agressivo na direção da Fibria Celulose e Papel - outra planta de celulose do Mato Grosso do Sul (Brasil) -, com capacidade anual de produção de 3,2 milhões de toneladas de celulose branqueada de eucalipto.

Você verá no capítulo 7, que esta tentativa de compra chegou a beirar a bizarrice e nem o banco estatal de fomento econômico e social, BNDES, com 29,08% do capital social da companhia levou a sério a pretensão dos indonésios, e preferiu apoiar a fusão da Fibria com a brasileira Suzano, transformando o novo grupo fabril no maior produtor nacional de celulose, com capacidade anual de 10,9 milhões de toneladas.

Os capítulos 8 e 9 dão destaque para a atuação da família Widjaja, especialmente na Indonésia, onde foi acusada de uma profusão de crimes ambientais, como grilagem de terras, desmatamentos ilegais, queima criminosa de turfeiras, com espantosa emissão de fumaça e gases de efeito estufa, destruição de habitats de animais em risco de extinção, como orangotangos, tigres de Sumatra e dragões de Komodo, além de fomentar conflitos sociais e agrários.

Todos estes capítulos, entretanto, são apenas alertas para a população do condado de Pictou, para entenderem melhor com quem estão lidando no caso da poluição do Porto de Barcos pela fábrica de celulose, a qual acumula mais de cinco décadas de valorização do lucro em detrimento da saúde e do bem-estar da comunidade diretamente atingida pela toxidade das águas e do ar, e que deve continuar mobilizada para o que a empresa e os políticos irão fazer no sentido de permitir o retorno em operação da planta de celulose branqueada, especialmente ao que a Paper

Excellence irá propor como solução para o descarte de seus efluentes, para que não seja, simplesmente, transferido o ponto de maior impacto ambiental, que era o Porto de Barcos, para o Estreito de Northumberland ou para algum outro curso d'água.

Já, os quatros primeiros capítulos recontam, de forma cronológica e com base em relatos de diversas fontes e comparadas entre si, o que foram estes 53 anos de sofrimento, luta e traição de vários políticos de Nova Scotia, que viraram as costas para os apelos da comunidade e se renderam ao discurso de que os empregos e a renda movimentada no condado eram mais importantes do que os reclames sobre o impacto da poluição emanada da fábrica sobre a saúde da maioria.

Isto prevaleceu por anos a fio, até 2014, quando a comunidade entendeu que somente mudaria o rumo da história se fosse para a rua protestar ruidosamente. Era a única maneira de fazer chegar aos ouvidos pouco sensíveis dos políticos, o grito abafado por 47 anos em face de um crime ambiental continuado contra o sagrado A'Se'K, onde gerações de nascidos ou não Mi'kmaq nunca puderam banhar em suas águas. De outrora, um estuário de marés, foi transformado em depósito fedorento e mortal da sujeira oriunda da produção de celulose.

Em 4 de maio de 2015, finalmente, era aprovada a Lei do Porto de Barcos, com um único artigo, mas que era taxativo ao colocar como data para fechamento do Boat Harbour à recepção de efluentes da produção de celulose branqueada da fábrica de Abercrombie Point, o dia 31 de janeiro de 2020.

Mas, não dava para ter certeza de que não haveria retrocesso e que a Lei do Porto de Barcos, tão arduamente conseguida, deixasse de ser cumprida, por algum arranjo político. Sim, depois de tantas promessas de fechamento do Porto de Barcos terem sido descumpridas ao longo das décadas, tudo era dúvida e as pessoas sofriam com antecedência.

Assim, era preciso manter a mobilização da comunidade. E isto foi feito, em todo o ano de 2019, inclusive com a inauguração no dia 31 de janeiro de um painel com a contagem regressiva de 365 dias para o fechamento do Porto de Barcos.

No dia 4 de outubro de 2019, uma sexta-feira, ocorreu uma grande manifestação, quando centenas de pessoas usando camisas vermelhas com o *hashtag #31January2020* , marcharam exigindo que a Lei do Porto de Barcos fosse cumprida sem qualquer prorrogação, conforme reivindicava a Paper Excellence.

Desde crianças até anciões, todos exigiam que o Porto de Barcos fosse fechado na data programada, que fosse remediado e, ao final, devolvido aos seus legítimos proprietários, o povo Mi'kmaq, novamente como um estuário de marés, para a cura de suas águas e das pessoas e para seu como outrora tinha sido.

O premiê Stephen McNeil e o ministro do Meio Ambiente, Gordon Wilson, ouviram a reivindicação de seus eleitores e, por mais que a Northern Pulp e Paper Excellence fizessem ameaças à província, o dia fatídico chegou e a lei falou mais alta do que os apelos do capital e das tentativas de intimidação.

No rastro do fechamento da fábrica de celulose, a Northern Pulp entrou no Tribunal de Nova Scotia pedindo proteção contra credores, alegando não ter como pagar suas dívidas e sobreviver sem gerar caixa, pelo que também pedia autorização para receber 50 milhões de dólares de empréstimo junto à Paper Excellence, a quem já devia 213 milhões de dólares, além de 84,87 milhões devidos à província.

Para descomissionar a planta de celulose, conforme critérios definidos em Ordem Ministerial, a Northern Pulp ainda recorreu à província de Nova Scotia alegando problemas financeiros, conseguindo desta, dez milhões de dólares como doação, que representava a metade do que estimado de custo. E, ainda assim, a Northern Pulp deu calote em um empreiteiro que participou dos trabalhos de limpeza e transporte de resíduos.

O tempo corria e a pressão contra a província de Nova Scotia continuava, com a Paper Excellence alegando no Tribunal

de Halifax existir uma série de contratos e termos de entendimento, que a província havia quebrado unilateralmente, inclusive o que estipulava o prazo até 2030 para encerrar a utilização do Porto de Barcos.

Em função disso, a Paper Excellence Holdings Canadá insistia em que a província deveria ser responsabilizada, com o pagamento de lucros cessantes enquanto a planta ficasse parada, além de ser obrigada a fornecer um novo sistema de tratamento de efluentes, já que havia desmobilizado o antigo.

A Northern Pulp, para tentar se aproximar da comunidade do condado de Pictou e, principalmente, do povo Mi'kmaq (Primeira Nação do Porto de Pictou), contratou o ex-gerente da Paper Excellence, Dale Paterson, para atuar como consultor e coordenar os trabalhos de um grupo que seria formado para representar as principais partes interessadas na discussão sobre o futuro da Northern Pulp.

A princípio, a estrutura proposta foi denominada de "Grupo de Ligação com a Comunidade", mas alguns de seus membros conseguiram fazer com que o grupo fosse renomeado para "Grupo de Ligação Ambiental", de modo que este se ativesse apenas a questões ambientais, que era a grande preocupação.

Nenhuma das três associações de pescadores e nem a Pictou Landing First Nation, aceitaram participar de tal grupo, por não confiarem no propósito da Paper Excellence e para terem liberdade de expressão sem se comprometerem com o que poderia vir a ser debatido e que não refletisse o desejo geral. Mas, o grupo fez um bom trabalho e a maioria conseguiu estabelecer premissas adequadas para encaminhar uma solução para o grave problema ambiental vivido.Assim, o Tribunal de Halifax reconheceu o trabalho do Grupo de Ligação Ambiental e o oficializou como um grupo de suporte aos trabalhos necessários para transformação da Northern Pulp em uma empresa menos poluente e mais responsável.

Enquanto a Paper Excellence Canadá brigava na Justiça contra a província de Nova Scotia por esta ter determinado o fechamento da Northern Pulp e dizia que sua subsidiária não tinha como sobreviver, o grupo Paper Excellence comprava a Eldorado Brasil Celulose por R$ 15 bilhões e a Domter, produtora de celulose norte-americana, por US $ 2,8 bilhões.

E, como num passe de mágica, apresentou em julho de 2021 um plano de modernização da Northern Pulp, com um orçamento previsto de US $ 350 milhões, mas sem dizer de onde viria o dinheiro para bancar tanta modernidade exposta em várias apresentações para a imprensa e grupos especializados.

Alguma coisa havia de muito misterioso em tudo aquilo que diziam, pois os pontos chaves, como o local de descarga do efluente do novo sistema de tratamento de efluentes e a fonte de financiamento para a execução do projeto, ainda não havia sido definido, conforme esclareceu a Paper Excellence.

Era como se os gerentes da Northern Pulp nunca tivessem falado nada; tudo parecia saído de um conto de ficção, onde uma tecnologia que não existia no dia anterior, de repente tivesse surgido do nada e criado um maravilho projeto em cores berrantes e que, num passe de mágica, tornasse o ar impuro em lavanda e a água marrom, despejada durante 53 anos no Boat Harbour agora era límpida. Claro, nem todos acreditam nesta fantasia, mesmo a Paper Excellence dizendo que estava tudo bem, que a velha planta de celulose só voltaria à operação em 2025, com nova fachada, conforme teria “sugerido a comunidade”.

Ainda há muito para saber das reais intenções da Paper Excellence e a comunidade deve ficar alerta e pronta para voltar às ruas, quantas vezes forem necessárias.

Esta é a minha contribuição, torcendo pelo melhor!

Bernardino Coelho da Silva

1

A cronologia de um crime ambiental

Um homem inofensivo não é um homem bom. Um homem bom é um homem muito perigoso que tem isso sob controle voluntário

Jordan Bernt Peterson (1962) psicólogo clínico canadense e professor de psicologia da Universidade de Toronto.

Uma mamata de décadas.

No dia 20 de dezembro de 2019, a Paper Excellence foi notificada pelo primeiro-ministro da província de Nova Scotia, leste do Canadá, Stephen McNeil, que não aceitaria mais a protelação da companhia em relação à construção de um novo e eficiente sistema de tratamento de seus efluentes líquidos, de forma a deixar de lançá-los no Porto de Barcos e que esta deveria encerrar imediatamente as suas atividades industriais, em face da Lei Porto de Barcos, aprovada em 2015, para cessar os sérios problemas ambientais que a empresa vinha causando à região.

Como compensação ao fechamento da planta de celulose, o governo de McNeil anunciou um pacote de ajuda de 50 milhões de dólares para amparar os milhares de impactados pela perda de

renda, como empregados, fornecedores de produtos e serviços florestais, produtores rurais e caminhoneiros. Entre diretos e indiretos, estimava-se que seriam afetadas 10,5 mil pessoas.

A triste história que vai ser contada e que, até agora, não tem, a princípio, um final feliz, pelo menos para o povo do condado de Pictou, o mais afetado pela poluição da fábrica de celulose, teve início em 1964, quando a Scott Maritimes Paper Limited, da Filadélfia (EUA), procurou o governo da província de Nova Scotia dizendo que desejava construir uma fábrica de celulose em Abercrombie Point, que pertence ao condado de Pictou. Na oportunidade, foi informado que a fábrica deveria ter de descarregar 95 milhões de litros de efluentes por dia.

A província, então, concordou em fornecer 100 milhões de litros de água doce para a fábrica, com o represamento de dois rios, acrescentando que forneceria um local para que ela descarregasse seus efluentes.

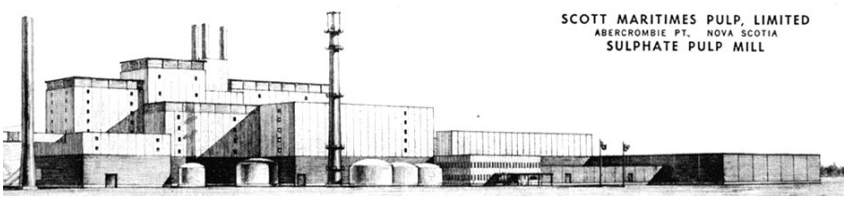
O *The Coast*, em reportagem publicada no dia 23 de abril de 2009 e de autoria de estudantes de jornalismo da University of King's College, complementa esta versão dos fatos:

> (...) Quando a fábrica foi construída, o condado de Pictou precisava de seus empregos mais do que nunca. A indústria do carvão estava em declínio acentuado e o governo do premier Robert Stanfield estava em busca de indústrias de reposição. Daí encontraram a Scott Maritimes... (...)

Finalmente, no dia 23 de dezembro de 1964, o premiê Robert L. Stanfield e Paul C. Baldwin, vice-presidente executivo da Scott Paper Company anunciaram que seria construída uma grande fábrica de celulose kraft branqueada em Abercrombie Point – Scott Maritimes Pulp Ltd -, ao custo de US $ 50 milhões e que empregaria 350 pessoas. Stanfield chamou este fato de um “presente de Natal muito agradável” para a Nova Scotia.

Na oportunidade do evento festivo patrocinado pelo governo de Nova Scotia, o Senhor Baldwin disse:

- Sentimos que o local era atraente porque se prestava a embarques por água e porque nos permitiria utilizar de forma eficiente as florestas de abetos e bálsamos que temos na Nova Escócia.[3] Nossos relatórios de engenharia indicam que a nova fábrica produzirá uma excelente celulose e que a fábrica estará em posição de fazer uma contribuição significativa para os ganhos da Scott Company.



Folder de apresentação da futura fábrica de celulose de Abercombie Point

No ano seguinte, o doutor em Engenharia Química, John Seaman Bates (1888-1991), que foi presidente da Autoridade Hídrica de Nova Scotia entre 1963 e 1966 e de New Brunswick, entre 1958 e 1967, propôs que o Porto de Barcos [Boat Harbour] fosse usado como uma estação de tratamento de resíduos. Ele afirmou que isto protegeria o condado de Pictou da poluição.

No dia 30 de novembro de 1965, o Conselho de Ministros de Nova Scotia dava luz verde ao plano de construção de uma barragem em um braço do Middle River para criar um enorme reservatório de água limpa para alimentar a fábrica de celulose da Scott Paper, que estava em construção.

[3] A Scott Company já era proprietária de 460 mil acres de florestas em Nova Scotia e ainda conseguiu arrendar, da Coroa Britânica, pelo prazo de 50 anos, mais 210 mil acres de florestas nos arredores de Halifax.

A Ordem do Conselho de Ministros determinava que, além da construção da barragem para formação de um reservatório de água para alimentar a fábrica de celulose da Scott Maritimes Paper Limited, fossem feitas as seguintes atividades correlatas:

1. Providenciar a compra e instalação de todos os equipamentos e meios necessários para enviar à Scott Paper a água necessária à sua operação;
2. Adquirir todas as terras necessárias para permitir o plantio de florestas (cerca de 400 mil hectares) e arrendar à Scott Paper, pelo prazo de 50 anos, renováveis por mais 40 anos, outros 93 mil hectares de propriedade da Nova Scotia;
3. Executar a construção da barragem no Middle River;
4. Lidar com todas as demandas provocadas da inundação com a construção da barragem do Middle River e fazer todos os pagamentos envolvidos com a obra.

Isto foi feito com base na Lei Scott Maritimes Limited Agreement (1965) *Act*. R.S., c. 415, s. 1, que autorizou a execução, pelo ministro de Terras e Florestas, do Acordo firmado entre a Nova Scotia e a Scott Maritimes Pulp Limited, com sede no condado de Halifax, para a construção de uma fábrica de celulose branqueada com capacidade mínima de produção de 500 toneladas/dia, e autorizou o ministro das Finanças a fazer todos os pagamentos necessários ao cumprimento contratual.

Pela Lei acima citada, o premiê de Nova Scotia estava autorizado a “fazer qualquer pedido, dar qualquer notificação ou orientação, conceder ou negar qualquer aprovação ou consentimento ou praticar qualquer outro ato ou coisa exigida ou permitida pela província” para que o acordo fosse executado.

A Lei também isentava a Scott Pulp dos efeitos da Lei “Assessment Act. R.S., c. 23, s. 1”, ou seja, ela não seria alcançada, de imediato, pelo processo de avaliação de preço de mercado de suas propriedades e teria, portanto, isenção do

pagamento da taxa sobre propriedade Industrial, florestal e pessoal, o que é utilizada, usualmente, para custear serviços públicos. Mas, em seu lugar, a Província definia um valor anual que seria pago pela Scott Pulp em função de sua produção e somente relativo aos meses de efetiva produção, excluindo-se os meses de inverno rigoroso, com a planta parada. No máximo, a província receberia algo em torno de $ 105 mil anuais.[4]

Era um acordo e tanto para a Scott Pulp, que recebia florestas prontas para serem manejadas (Plano de Manejo feito pela Scott Pulp e trabalhadores florestais da província), com o compromisso de que, quando as terras viessem a ser devolvidas, se fosse o caso, deveriam ser com as árvores cortadas repostas.

Claro, não era de graça e o acordo definia valores de reembolso pela madeira utilizada e também o pagamento de taxa de prevenção de incêndio, mas isso representava ganho de anos e anos de espera pela madeira e da não necessidade de investimento em compra de mais terras e plantio de florestas.

Além disso, não se tocava na questão do despejo do efluente da planta de celulose, como se fosse algo natural que fosse *despejado in natura* no Porto de Barcos, o lindo lago, que era um estuário de marés. O estuário cobria 142 hectares (350 acres) com uma entrada estreita que o conectava ao Estreito de Northumberland – importante local de pesca de lagostas -, a leste da comunidade da Primeira Nação do Porto de Pictou. [5]

[4] O dólar canadense é normalmente abreviado com o símbolo $ ou C$.

[5] **Pictou Landing First Nation** é uma comunidade onde vive o povo Mi'kmaq, em Nova Scotia. Seu território abrange cinco reservas que têm uma área combinada de 527,6 hectares (1.304 acres). Em setembro de 2017, a população Mi'kmaq era de 485 em sua própria reserva, 23 em outras reservas e 157 vivendo fora da reserva.

Em outubro de 1966, funcionários da Autoridade Hídrica de Nova Scotia convidaram o chefe da Pictou Landing First Nation (PLFN) a ir a New Brunswick, fingindo lhe mostrar um sistema de tratamento de resíduos em funcionamento semelhante ao proposto para o Boat Harbour, para onde a Autoridade de Águas desejava enviar efluentes da futura fábrica de celulose.

O *The Coast* reconta como esta história teria se passado, em sua edição de 23 de abril de 2009:

> Daniel Paul, um escritor de Mik'Maq e ex-funcionário de assuntos indígenas disse que o chefe e alguns representantes da Pictou Landing First Nation foram levados a um local aparentemente semelhante em Saint John para ver como ficaria o porto de barcos quando a Scott Paper começasse a despejar resíduos lá. “Eles chegam lá e o engenheiro tira um copinho do saco dele e dá um gole d'água ao chefe e aos representantes, e diz que a água vai ficar assim tão pura”, diz Paul. “E depois descobrimos que a planta de celulose só entrou em operação dois anos após aquela visita.

Com base nessa falsa premissa, a Pictou Landing First Nation (“PLFN”) foi informada que o impacto sobre a comunidade seria mínimo e foi persuadida a aceitar $ 60.000 pela perda de seus direitos ribeirinhos (litoral) ao lago Boat Harbour – pesca (peixes, mariscos e caranguejos) e lazer.

Mas, tudo se mostraria uma grande armadilha...

A fábrica de celulose foi inaugurada no dia 14 de novembro de 1967, em grande parte, porque a PLFN concordou e também porque seria benéfica para a província com a criação de novos empregos mais bem remunerados, além de ajudar a área rural e os que trabalhavam com beneficiamento de madeira.

Há de se considerar também que naquela época, certo grau de poluição era até visto como progresso e, por isso, antes da construção das bacias de sedimentação e da bacia de aeração, o efluente da Scott Paper, era encaminhado através de vala a céu

aberto construída no lado leste da Rodovia 348 para a área das antigas lagoas 1, 2 e 3, antes de ir para o Porto de Barcos.

Não demorou muito para que os materiais tóxicos do efluente do processo de fabricação e branqueamento da pasta de celulose envenenassem a água e o solo e a incômoda poluição se tornasse parte do dia-a-dia da Pictou Landing First Nation, com a vida aquática entrando em colapso e uma área de 12 hectares da reserva Mi'maq - que tem um total de 98,2 hectares - sendo inundada com efluente contaminado. E, claro, os moradores de Pictou Landing reclamassem contra a poluição gerada pela planta de celulose, que estava afetando a saúde da população atingida pelos odores do efluente líquido e da fumaça, e com os telhados recobertos de espuma branca de poluição.

Foi observada a queda de 30% na captura de lagostas em 1967, de 26,7% em 1968 e de 342,2% em 1969, provocado pelo despejo dos efluentes da Scott Pulp.



De acordo com o *The Coast*, em artigo já citado anteriormente, para dar uma solução ao problema da poluição do Porto de Barcos, o governo da Nova Scotia contratou a empresa Rust Consultants, em dezembro de 1969. A reportagem destaca que moradores de Pictou, clubes de serviço e pescadores, todos indignados com a situação vivida por eles, escreveram cartas furiosas aos consultores descrevendo sobre desagradáveis odores, enxames de insetos e temores pela pesca.

> "Se apenas alguns de nós, que não tiveram a sorte de morar no bairro, fossem os únicos afetados, poderíamos sorrir e pensar em todo o dinheiro que está sendo gasto em nossa comunidade" escreveu Cameron Garrett. "Mas, o preço é muito alto", concluiu.
>
> (...) Depois de conversar com os residentes e revisar outros relatórios, a Rust definiu que havia um problema com o Boat Harbour, mas era um problema estético. Para corrigir o odor, Rust recomendou aeradores mecânicos para adicionar oxigênio à água. O relatório também dizia que aumentar e diminuir o nível de água do porto de barcos cuidaria do problema dos insetos. Rust descartou as preocupações da indústria da lagosta de que os resíduos da fábrica de celulose estivessem matando larvas de lagosta que desovavam perto de Boat Harbour (*The Coast*).

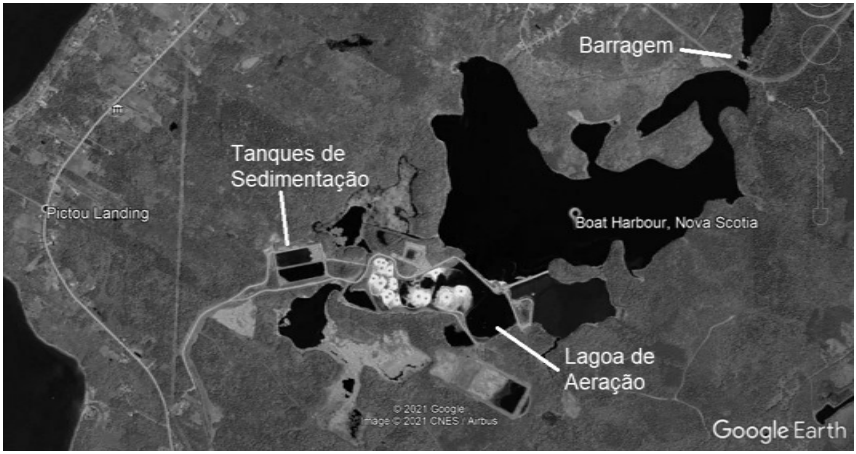
No início de 1970, a Comissão Provincial de Águas atendendo a recomendação feita pela empresa Rust Consultants de implantar um sistema de aeração para injetar oxigênio na lagoa, assinou um acordo com a Scott Paper Company para o condado fornecer e operar o sistema de tratamento de efluentes.

Mas os problemas não paravam por aí. Apesar da oposição de cidadãos preocupados com a poluição por mercúrio, a Canso Chemicals Limited, que era de propriedade conjunta da Scott Maritimes, da Nova Scotia Pulp Ltd., situada em Port Hawkesbury, Nova Scotia e da Canadian Industries Ltd., abriu uma planta adjacente à fábrica de celulose de Pictou para abastecê-la com cloro, soda cáustica e peróxido de hidrogênio, também instalada

sem qualquer tratamento de seu efluente e seguindo o mesmo fluxo de despejo da Scott Paper.

No dia 23 de setembro de 1970, membros da Pictou Landing First Nation fecharam a vala que transportava efluentes contaminados da Scott Pulp através das terras da Reserva para Boat Harbour, protestando contra a poluição e contestando a validade do ato de transferência de seus direitos sobre o Porto de Barcos para a província.

Pressionado, o governo de Nova Scotia, sob o comando do primeiro-ministro George Isaac Smith, assinou no dia 30 de setembro de 1970, um acordo com a Scott Maritimes, pelo qual ele garantia que a província iria "custear, possuir, operar e manter um Sistema de Tratamento de Efluentes" para uso da fábrica de Celulose Scott Pulp Company, pelo período de 25 anos, ou seja, seria de sua responsabilidade até o ano de 1995.



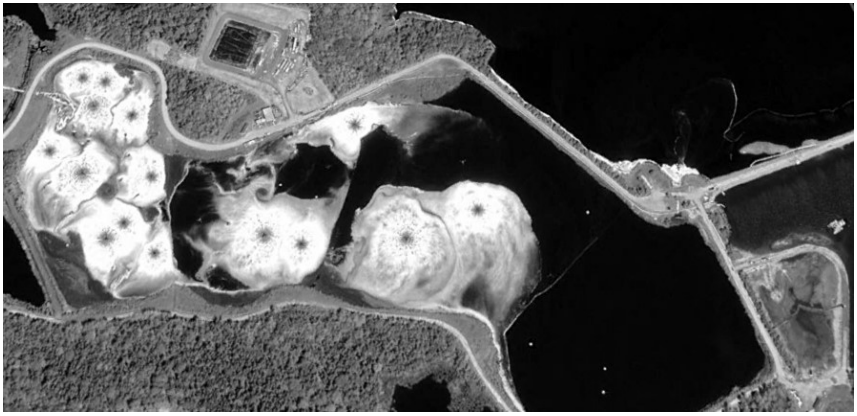
Disposição do sistema de despejo de efluentes da Scott Paper
Crédito: Google Earth

Em 1971, dois tanques de decantação e uma bacia de estabilização aerada (Lagoa de Aeração) foram construídos para

tratamento do efluente antes desde entrar no lago Boat Harbour. Entretanto, a Bacia de Aeração fazia parte do Boat Harbour, ao custo de $ 2,15 milhões com a província entrando com $ 2 milhões e o governo federal com $ 150 mil.



Visão geral do Sistema de Tratamento de efluentes



Detalhe da Lagoa de Aeração – Crédito: Google Earth



Alguns dos aeradores da Lagoa de Aeração – Crédito da foto: The Globe and Mail



Vista aérea de um dos aeradores trabalhando – Crédito: The Globe and Mail

Em 1972, uma barragem foi construída separando o Boat Harbour do Oceano Atlântico, com a função de controlar o escoamento de água para o Estreito de Northumberland. Isso transformou o estuário de água salgada em um lago de água doce, além de manter o seu nível artificialmente elevado entre dois a três metros em relação ao nível original.



Ponto em que o efluente transborda para o Porto de Barcos – Crédito: Joan Baxter



Barragem entre o Boat Harbour e o Oceano Atlântico - Crédito: PLFN

Somente em 1975 foi que um duto metálico de 36 polegadas de diâmetro e com pouco mais de 3 km de extensão substituiu a vala por onde o efluente fedorento e tóxico fluía antes de entrar no lago.

Bernardino Coelho da Silva